

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº. SMS-007/2026**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA  
EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP**

**ENTIDADE:** Município de Pirai

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:** Secretaria Municipal de Saúde

**AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.** Processo nº PIR-020216/001943/2026.

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** Mariana Cristina de Souza.

**DESIGNAÇÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** Portaria SMS/GS nº. 106 de 09 de dezembro de 2025.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 24.093,75 (vinte e quatro mil, noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

**RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** 1101101220019207533903900

O MUNICÍPIO DE PIRAI, CNPJ: 29.141.322/0001-32, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Moacyr Barbosa, nº.73 – Centro – Pirai/RJ, mediante Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria nº. SMS/GS nº. 106/2025, torna público que, será realizada **DISPENSA ELETRÔNICA**, com participação **EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do inciso II do artigo nº. 75 da Lei Federal nº. 14.133/ 2021, e os Decretos Municipais nº. 6.240/ 2024 e nº. 6.621/2024, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e disposto no presente Aviso de Contratação Direta;

**CLÁUSULA 1 – OBJETO E LOCAL DA LICITAÇÃO**

**1.1. – Contratação de serviço de som e imagem para gravação e transmissão dos eventos realizados pela Rede Municipal de Saúde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I, deste Aviso de Contratação Direta.

**1.1.1** – No caso de divergência entre as especificações contida neste Aviso de Contratação Direta e no Sistema BBMNET, prevalecerá a descrita neste Aviso de Contratação Direta.

**1.2** – A Dispensa eletrônica será realizada observando rigorosamente o endereço eletrônico, dia e hora indicados no quadro a seguir, e conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe;

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 20/05/2026 às 17:00

**INÍCIO DOS LANCES:** 21/05/2026 às 08:00 / **TÉRMINO DOS LANCES:** 21/05/2026 às 14:00

Entre o início e o término dos lances, pode haver um pequeno delay de segundos ou milésimos.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**1.3** – O Aviso de Contratação Direta se encontra disponível no endereço eletrônico, <https://transparencia.pirai.rj.gov.br/secretaria-de-saude>

**1.4** – O procedimento será divulgado no [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**1.5** – O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados

## **CLÁUSULA 2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1** – A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante da Plataforma BBMNET – Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br), sendo permitida apenas aos interessados previamente credenciados na referida plataforma.

**2.2** – Somente poderão participar desta dispensa eletrônica as empresas qualificadas como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame, e ainda preenchem os seguintes requisitos;

**2.3** – Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta dispensa eletrônica, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

**2.4** – Atendam às condições exigidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos;

**2.5** – As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21;

**2.5.1** – A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ao fornecedor apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

## **2.6 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**2.6.1** – Não poderão disputar este certame direta ou indiretamente:

**2.6.1.1** – aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.6.1.2** – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.1.2.1** – O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**2.6.1.3** – Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.6.1.4** – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.1.5** – estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.6.1.6** – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;

**2.6.1.7** – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.6.1.8** – Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

### **CLÁUSULA 3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL:**

**3.1** – Os fornecedores encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.novobmnet.com.br](http://www.novobmnet.com.br), suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Aviso de Contratação Direta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

**3.2** – O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.2.1** – O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Aviso de Contratação Direta;

**3.2.2** – Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**3.3** – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

**3.4** – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto;

**3.4.1** – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.5** – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.6** – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**3.7** – No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.7.1** – Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

**3.7.2** – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**3.7.3** – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.7.4** – Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.7.5** – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

**3.8** – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**3.9** – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.10** – Caberá ao fornecedor interessado em participar do presente certame acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo de dispensa eletrônica e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

**3.11** – O fornecedor deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

#### **CLÁUSULA 4 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**4.1** – A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2** – Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.3** – O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1** – O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

**4.3.2** – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será estabelecido no sistema;

**4.4** – Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5** – Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6** – Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**4.7** – Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.7.1** – O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**4.8** – A comunicação entre o agente de contratação e os fornecedores ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação;

**4.9** – Cabe ao fornecedor acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

## **CLÁUSULA 5 – DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**5.1** – Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos;

**5.2** – Quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas;

**5.2.1** – Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

**5.2.2** – A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

**5.3** – Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

**5.4** – Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I;

**5.5** – Como critério de aceitabilidade de preços das propostas será(ão) adotado(s) o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e global estimado(s), ou seja, após encerrada a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s);

**5.6** – Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

**5.7** – Será desclassificada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

**5.7.1** – contiver vícios insanáveis;

**5.7.2** – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**5.7.3** – apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.7.4** – não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.7.5** – apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Contratação Direta ou seus anexos, desde que insanável.

**5.8** – A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes;

**5.9** – O fornecedor classificado em primeiro lugar deverá encaminhar documentos complementares reputados de envio necessário e a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste aviso de contratação direta, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo agente de contratação, nunca inferior a **02 (duas) horas** e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal;

**5.9.1** – O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Agente de Contratação ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita.

**5.10** – O fornecedor classificado em primeiro lugar poderá ser instado pelo agente de contratação a apresentar amostra do produto cotado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto deste aviso, sendo a postagem do produto realizada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da sua notificação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da administração;

**5.11** – A amostra poderá ser solicitada de acordo com as condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste aviso de contratação direta;

**5.12** – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste aviso, a proposta do licitante será recusada, sendo assim notificada para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva;

**5.13** – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á

com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

**5.14** – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste aviso, o fornecedor será considerado classificado;  
**CLÁUSULA 6 – DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS**

**6.1** – Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme estabelecido no item 2 do presente Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

**6.1.1** – Certidão Negativa Correccional – Entes Privados (e-PAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). (<http://cgu.gov.br>)

**6.2** – A consulta ao cadastro realizar-se-á em nome da sociedade empresária e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**6.3** – Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1** – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2** – O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3** – Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado desclassificado, por falta de condição de participação.

**6.4** – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **CLÁUSULA 7 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

**7.1** – O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste Aviso de Contratação Direta será de **02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

**7.2** – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do fornecedor melhor classificado.

**7.3** – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

**7.4** – Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.5** – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade

**7.6** – Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta;

**7.7** – A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.8** – Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Aviso de Contratação Direta;

**7.9** – Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

**7.10** – Os documentos necessários e suficientes para comprovar a habilitação e qualificação do licitante, demonstrando sua capacidade para executar o objeto da licitação, são os seguintes:

#### **7.10.1 – Habilitação Jurídica**

**7.10.1.1** – Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

**7.10.1.2** – Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.10.1.3** – Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

**7.10.1.4** – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.10.1.5** – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

**7.10.1.5.1** – No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

**7.10.1.6** – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**7.10.1.7** – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

#### **7.10.2 – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

**7.10.2.1** – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

**7.10.2.2** – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

**7.10.2.3** – Prova de regularidade com a Fazenda Federal, comprovada mediante fornecimento de Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

**7.10.2.4** – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

**7.10.2.5** – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

### **7.10.3 – Qualificação técnica**

**a)** Comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto, que demonstre experiência prévia em gravação e/ou transmissão de eventos ao vivo, públicos ou privados, com características semelhantes em porte e complexidade.

**7.10.4** – Na hipótese de tratar-se de microempreendedor individual, microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação;

**7.10.4.1** – Os MEI/ME/EPP deverão apresentar os documentos elencados na Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista desta Dispensa Eletrônica, mesmo que apresentem alguma restrição;

**7.10.4.2** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas neste Aviso de Contratação Direta, será(ão) assegurado(s) ao(s) microempreendedores individuais, à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**7.10.4.3** – A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar (em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação;

**7.11** – Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

## **CLÁUSULA 8 – DA CONTRATAÇÃO**

**8.1** – Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**8.2** – O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**8.2.1** – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura eletrônica.

**8.2.2** – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**8.3** – O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**8.3.1** – A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.3.2** – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**8.3.3** – A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**8.4** – O presente aviso e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato independente de transcrição.

**8.5** – Para assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

#### **CLÁUSULA 9 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**9.1**– A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação prévia da Contratante, que informará à Contratada a data, o local, o horário e as características do evento a ser realizado.

**9.2**– A Contratante deverá comunicar a demanda com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Os eventos poderão ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive aos sábados e domingos, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.

**9.3** – Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito do Município de Pirai/RJ, em datas e horários definidos pela Administração.

**9.4** – A Contratada deverá comparecer ao local do evento com antecedência mínima suficiente para montagem da estrutura, testes operacionais e início regular da execução, recomendando-se antecedência mínima de 02 (duas) horas, salvo prazo maior definido pela Contratante em razão das peculiaridades do evento.

**9.5** – A Contratada será responsável pelo transporte, montagem, operação, acompanhamento técnico, desmontagem e retirada de todos os equipamentos e materiais utilizados na execução do objeto.

**9.6** – A transmissão ao vivo deverá ocorrer em plataforma indicada pela Administração ou em canal oficial previamente definido, observadas as condições técnicas do evento e a necessária estabilidade operacional.

**9.7**– A Contratada deverá promover a gravação integral do evento e entregar o respectivo arquivo digital à Contratante em até 05 (cinco) dias após a execução, em formato compatível com arquivamento e publicação.

**9.8**– Quando a transmissão depender de conectividade não disponibilizada pela Contratante, caberá à Contratada providenciar os meios técnicos necessários para garantir a execução regular do serviço, conforme as características do evento.

**9.9**– O objeto será recebido pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**9.10** – O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo a Contratada adotar as medidas corretivas necessárias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**9.11** – Filmagem e transmissão de evento, com duração de até 4 (quatro) horas.

**9.12** – A CONTRATADA deverá disponibilizar 01 técnico presencialmente durante todo evento para operação dos equipamentos.

**9.13** – O material entregue pela CONTRATADA deverá ter qualidade técnica, com vinheta de abertura, com nome do evento e data. Além disso, deve ter qualidade de áudio, que deve ser nítido, com reprodução sincronizada com o vídeo. As imagens devem estar em ângulo adequado, nítidas e com planos de filmagens e iluminação adequados.

**9.14** – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória conforme os seguintes critérios:

- a) Inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte do contrato correspondente à parcela do objeto não executado;
- b) Inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

## **CLÁUSULA 10 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1** – O pagamento será realizado, de forma integral, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, 30 (trinta) dias após o adimplemento do objeto, assim considerada a execução do serviço, acompanhada do respectivo documento de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestada pela Fiscalização.

**10.2** – Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

**10.3** – Os prestadores de Serviço e fornecedores de bens, deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

**10.4** – A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

**10.5** – As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda sobre o valor total do documento correspondente à natureza do bem ou serviço.

**10.6** – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Pirai.

## **CLÁUSULA 11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** – O participante do procedimento estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de Licitar e Contratar;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar;

**11.2** – Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os fornecedores que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

**11.2.1** – declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme § 2º do artigo 337-M do Decreto Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

**11.2.2** – venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

**11.2.3** – afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

**11.2.4** – devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

**11.2.5** – patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

**11.2.6** – deixe de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação;

**11.2.7** – não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

**11.2.7.1** – não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.2.7.2** – recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.2.7.3** – pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**11.2.7.4** – apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Aviso de Contratação Direta;

**11.2.8** – recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.2.9** – apresente declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a presente dispensa de licitação;

**11.2.10** – fraude a presente dispensa de licitação;

**11.2.11** – comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.2.11.1** – agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.2.11.2** – induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.2.11.3** – apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.2.11.4** – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/13, em especial:

**11.2.11.4.1** – venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra ‘b’ do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

**11.2.11.4.2** – crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra ‘e’ do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

**11.2.11.4.3** – obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

**11.3** – Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do § 1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos para a Administração;
- e) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- f) a consumação ou não da infração;
- g) o grau de lesão ou perigo de lesão;
- h) o efeito negativo produzido pela infração;
- i) a situação econômica do infrator;
- j) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;
- k) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;

**11.4** – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1 e 11.2.6 a 11.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**11.5** – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.2.2 a 11.2.5 e 11.2.9 a 11.2.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.6 a 11.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

**11.6** – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado deste aviso ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

**11.7** – Para as infrações previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.6 a 11.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado deste aviso ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

**11.8** – Para as infrações previstas nos itens 11.2.2 a 11.2.5 e 11.2.9 a 11.2.11, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado deste aviso ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

**11.9** – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar;

**11.9.1** – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**11.10** – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor /adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21;

**11.11** – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**11.12** – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**11.13** – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

**11.14** – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**11.15** – A aplicação das sanções previstas neste aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAI;

## **CLÁUSULA 12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1** – Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser enviado eletronicamente ao agente de contratação no endereço [compras.saudepirai@yahoo.com.br](mailto:compras.saudepirai@yahoo.com.br), observado o horário limite de expediente de 08 as 17 horas.

**12.2** – No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**12.2.1** – republicar o presente aviso com uma nova data;

**12.2.2** – valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**12.2.2.1** – No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**12.2.3** – fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**12.3** – As providências dos subitens 12.2.1 e 12.2.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**12.4** – Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**12.5** – Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Aviso, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Aviso e o Termo de Referência, prevalecerá este;

**12.6** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, com auxílio da equipe de apoio.

**12.7** – Para dirimir quaisquer dúvidas deste instrumento, que não possam ser solucionados administrativamente, fica eleito o Foro da cidade de Pirai/RJ, excluído qualquer outro.

**12.8** – Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Descrição do Item

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO IV – Minuta de Contrato

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1. Definição do objeto**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de captação, gravação, operação técnica, sonorização, transmissão ao vivo via internet, suporte operacional, desmontagem, edição básica e disponibilização dos arquivos digitais referentes às audiências públicas e demais eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses, com estimativa de até 4 (quatro) eventos no período contratual.

**1.2. Natureza:** Conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei n. 14.133/2021, o serviço objeto do presente Termo de Referência classifica-se como serviço comum por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3. Especificação e Quantidade**

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Evento/ Serviço	Prestação de serviço especializado de gravação e transmissão ao vivo de audiências públicas e demais eventos da Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento de equipe, equipamentos, operação técnica, suporte e disponibilização dos arquivos.	05	4.818,75	24.093,75

A quantidade indicada corresponde à estimativa de até 05 eventos sendo (04 Audiências Públicas + 01 evento extra) durante o período de 12 meses.

**1.4. VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo haver prorrogação, desde que presentes os requisitos legais, a necessidade administrativa e a vantagem para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência contratual para execução do objeto deste Termo de Referência observará, ainda, a disponibilidade dos respectivos créditos orçamentários e as demais condições legalmente aplicáveis.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saúde, comprometida com a transparência, a participação cidadã e a eficácia na comunicação pública, reconhece a necessidade de aprimorar a divulgação e o registro de suas audiências públicas e demais eventos. A gravação e transmissão desses eventos são essenciais para assegurar que as decisões e discussões relevantes estejam acessíveis à população em tempo real e arquivadas para consultas futuras.

A gravação e transmissão ao vivo das audiências públicas e eventos permitem um maior envolvimento da população nas questões de saúde pública do município. Isso reforça a transparência das ações governamentais e promove uma gestão participativa, onde os cidadãos podem acompanhar e contribuir para as decisões que impactam diretamente suas vidas. Além disso, a contratação de uma empresa especializada

assegura que todas as atividades sejam documentadas com alta qualidade técnica, fundamental para a preservação de registros históricos e a acessibilidade das informações a toda a comunidade, incluindo pessoas com deficiência auditiva ou visual, por meio de legendagem e audiodescrição, se necessário.

Empresas especializadas possuem expertise, equipamentos e tecnologias avançadas para realizar gravações e transmissões com alta qualidade de áudio e vídeo. Isso garante que o conteúdo transmitido seja claro, compreensível e profissional, aumentando a credibilidade e a seriedade das atividades da Secretaria. A melhoria na comunicação e transparência das ações da Secretaria Municipal de Saúde contribui para uma gestão mais eficiente e participativa. A disponibilidade de informações em tempo real e a posterior consulta às gravações permitem uma tomada de decisão mais informada por parte dos gestores públicos e da comunidade.

A formalização desta demanda é essencial para assegurar que as audiências públicas e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde sejam conduzidos com a devida transparência e qualidade técnica. A contratação de uma empresa especializada garantirá a conformidade com as normas legais e regulamentares, além de promover uma gestão participativa e transparente, em benefício de toda a comunidade.

Assim, solicitamos a contratação de empresa especializada em gravação e transmissão de audiências públicas e demais eventos da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para atender, sob demanda, os eventos institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, mediante prestação integrada dos seguintes serviços.

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, apresentamos os prós e contras de cada uma delas, entendendo que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação deste serviço de forma terceirizada, sendo esta a alternativa que melhor se adequa às necessidades da Administração Pública.

A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para realizar a gravação e transmissão, ao vivo e/ou sob demanda, de audiências públicas e demais eventos institucionais promovidos por este órgão. A empresa contratada será responsável por fornecer todos os recursos necessários para a execução do serviço, incluindo:

- Equipe técnica qualificada para operação dos equipamentos de áudio e vídeo, gravação, edição e transmissão dos eventos;
- Equipamentos de captação de áudio e vídeo (câmeras, microfones, computadores, mesas de corte, etc.) adequados ao porte e às necessidades de cada evento;
- Infraestrutura de transmissão (links de internet, plataformas de streaming, etc.), garantindo qualidade e estabilidade na transmissão ao público;
- Serviços de edição e disponibilização dos arquivos gravados, conforme padrões e prazos estabelecidos pela Administração;
- Suporte técnico durante a realização dos eventos, para pronta resolução de eventuais falhas ou imprevistos;
- Transporte, montagem e desmontagem dos equipamentos nos locais indicados para realização dos eventos;
- Atendimento aos requisitos de acessibilidade, como legendas, tradução em Libras, quando solicitado.

A contratação terceirizada desses serviços permite à Administração Pública garantir a qualidade técnica, a regularidade e a agilidade na realização das transmissões, sem a necessidade de aquisição de equipamentos próprios ou de alocação de servidores para atividades técnicas especializadas, o que se mostrou inviável ou menos vantajoso nas alternativas analisadas.

Assim, a solução proposta contempla todos os elementos necessários para assegurar a gravação e transmissão eficiente, segura e acessível das audiências públicas e demais eventos institucionais, atendendo plenamente ao interesse público e às demandas da sociedade por transparência e acesso à informação.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá fornecer, por sua conta e risco, todos os recursos humanos, materiais, tecnológicos e logísticos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo montagem, operação, acompanhamento técnico, desmontagem e entrega dos arquivos gravados.

Como requisitos mínimos, a solução deverá contemplar:

##### 4.1. Estrutura mínima por evento

- 03 (três) câmeras PTZ com resolução mínima Full HD 1080p;
- 01 (uma) estação gráfica adequada para corte, operação e transmissão;
- 01 (uma) mesa controladora de câmeras PTZ;
- 01 (uma) mesa de som digital com, no mínimo, 12 canais;
- 02 (duas) caixas de som ativas;
- 02 (dois) subwoofers, quando necessários ao porte do evento;
- 02 (dois) microfones sem fio;
- 01 (uma) TV de 50 polegadas ou superior, com estrutura adequada para retorno de imagem, quando exigido pela Administração;
- Cabeamento, acessórios, suportes, tripés, conversores, extensões, filtros de linha e demais itens necessários à execução integral do serviço.

##### 4.2. Requisitos operacionais

- Disponibilização de equipe técnica compatível com o porte do evento;
- Montagem da estrutura com antecedência mínima definida pela Administração no agendamento de cada evento;
- Operação presencial durante todo o período do evento;
- Monitoramento contínuo de áudio e vídeo durante a transmissão;
- Gravação integral do evento, sem prejuízo da transmissão ao vivo;
- Disponibilização posterior do arquivo digital em formato compatível com arquivamento e publicação;
- Suporte técnico imediato para correção de falhas durante a execução;
- Transporte, montagem e desmontagem por conta da contratada.

##### 4.3. Requisitos de transmissão

- Transmissão ao vivo em plataforma indicada pela Administração ou em canal oficial previamente definido;
- Qualidade compatível com visualização em computador, tablet e smartphone;
- Estabilidade operacional da transmissão, observadas as condições de conectividade disponíveis no local do evento;
- Realização de testes prévios de áudio, vídeo e conectividade antes do início da transmissão.

##### 4.4. Acessibilidade

Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá viabilizar recursos de acessibilidade compatíveis com o evento, tais como legendagem, janela de Libras ou outros meios definidos no Termo de Referência, conforme a necessidade do caso concreto.

##### 4.5. Qualificação técnica

A contratada deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, por meio de documentação que demonstre experiência prévia em gravação e/ou transmissão de eventos ao vivo, públicos ou privados, com características semelhantes em porte e complexidade.

##### 4.6. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### 4.7. Exigência de Garantia

Não haverá exigência da garantia da contratação conforme arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

O serviço a ser contratado refere-se à gravação e transmissão de audiência pública. Trata-se de um serviço com características de baixa complexidade tecnológica e operacional, duração pontual (limitada ao evento da audiência pública) e, comparativamente, baixo valor estimado quando comparado a obras de grande vulto ou serviços contínuos de maior porte.

#### **4.8. Vistoria**

A avaliação prévia do local de prestação dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira de 9 às 16 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação prévia da Contratante, que informará à Contratada a data, o local, o horário e as características do evento a ser realizado.

**5.2.** A Contratante deverá comunicar a demanda com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Os eventos poderão ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive aos sábados e domingos, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.

**5.3.** Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito do Município de Pirai/RJ, em datas e horários definidos pela Administração.

**5.4.** A Contratada deverá comparecer ao local do evento com antecedência mínima suficiente para montagem da estrutura, testes operacionais e início regular da execução, recomendando-se antecedência mínima de 02 (duas) horas, salvo prazo maior definido pela Contratante em razão das peculiaridades do evento.

**5.5.** A Contratada será responsável pelo transporte, montagem, operação, acompanhamento técnico, desmontagem e retirada de todos os equipamentos e materiais utilizados na execução do objeto.

**5.6.** A transmissão ao vivo deverá ocorrer em plataforma indicada pela Administração ou em canal oficial previamente definido, observadas as condições técnicas do evento e a necessária estabilidade operacional.

**5.7.** A Contratada deverá promover a gravação integral do evento e entregar o respectivo arquivo digital à Contratante em até 05 (cinco) dias após a execução, em formato compatível com arquivamento e publicação.

**5.8.** Quando a transmissão depender de conectividade não disponibilizada pela Contratante, caberá à Contratada providenciar os meios técnicos necessários para garantir a execução regular do serviço, conforme as características do evento.

**5.9.** O objeto será recebido pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.10.** O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo a Contratada adotar as medidas corretivas necessárias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.11.** Filmagem e transmissão de evento, com duração de até 4 (quatro) horas.

**5.12.** A CONTRATADA deverá disponibilizar 01 técnico presencialmente durante todo evento para operação dos equipamentos.

**5.13.** O material entregue pela CONTRATADA deverá ter qualidade técnica, com vinheta de abertura, com nome do evento e data. Além disso, deve ter qualidade de áudio, que deve ser nítido, com reprodução sincronizada com o vídeo. As imagens devem estar em ângulo adequado, nítidas e com planos de filmagens e iluminação adequados.

**5.14.** No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória conforme os seguintes critérios:

- a) Inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte do contrato correspondente à parcela do objeto não executado;
- b) Inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

## **6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**6.1.** O pagamento será realizado, de forma integral, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, 30 (trinta) dias após o adimplemento do objeto, assim considerada a execução do serviço, acompanhada do respectivo documento de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestada pela Fiscalização;

**6.2.** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

**6.3.** Os prestadores de serviço e fornecedores de bens, deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

**6.4.** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

**6.5.** As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda sobre o valor total do documento correspondente à natureza do bem ou serviço.

**6.6.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

## **7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento específico, com fundamento na Lei Federal nº. 14.133/21.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela

prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada dos documentos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### ➤ **Documentos de Habilitação**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); OU Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade de Situação emitida pela CEF), e a Regularidade Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo TST), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

### **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** O custo estimado da presente contratação é de R\$ 24.093,75 (vinte e quatro mil, noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

**8.2.** Data base do orçamento – 05/2026.

### **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

### **10. IMPACTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Os impactos ambientais decorrentes da contratação tendem a ser reduzidos, em razão do caráter eventual da prestação do serviço. Ainda assim, a Contratada deverá adotar práticas compatíveis com a sustentabilidade ambiental, especialmente quanto ao uso racional de energia, adequada conservação dos equipamentos, correta destinação de eventuais resíduos e minimização dos impactos decorrentes de transporte, montagem e operação.

A Contratada deverá cumprir, no que couber, as orientações descritas no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, além dos critérios eventualmente inseridos na especificação do objeto.

## 11. SANÇÕES

No caso de descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, a contratada estará sujeita à aplicação das penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

## 12. FISCAIS DE CONTRATO

A Fiscalização efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde será exercida através de pessoas por ela credenciadas.

Pirai - RJ, na data da assinatura.

Elaborado por:

**Ana Carolina G. Rebello**  
Setor de Compras / Matrícula: 13959

### ANEXO II

#### DESCRIÇÃO DO ITEM

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Evento/ Serviço	Prestação de serviço especializado de gravação e transmissão ao vivo de audiências públicas e demais eventos da Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento de equipe, equipamentos, operação técnica, suporte e disponibilização dos arquivos.	05	4.818,75	24.093,75

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Moacyr Barbosa, n.º.73 – Centro  
PIRAÍ/RJ.

Ref.: Dispensa Eletrônica n.º. SMS-\_\_\_\_/2026.

A empresa \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, n.º.\_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_ – Cidade \_\_\_\_\_, CNPJ n.º.\_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, pela presente, propõe a executar o serviço descrito no quadro abaixo, obedecendo as normas do Aviso de Contratação Direta em referência, assim como seus anexos, conforme condições seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$

a) Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução da entrega dos materiais, com todos os custos de: mão-de-obra, materiais e equipamentos, frete, impostos, taxas, ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, incluídos, bem como o lucro, bem como as condições de fornecimento, pagamento e execução estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta.

b) Declaramos que os serviços serão executados de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Aviso de Contratação Direta.

c) A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.

d) Declaramos ainda que temos total conhecimento e concordância com os termos desta Dispensa Eletrônica.

**Dados Bancários:**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta Corrente \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

**OBS.: A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE.**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

Termo de Contrato para Contratação de serviço de som e imagem para gravação e transmissão dos eventos realizados pela Rede Municipal de Saúde, que fazem entre si o Município de Pirai, através da Secretaria Municipal de Saúde de Pirai e a Empresa abaixo qualificada.

O Município de Pirai, inscrito no CNPJ: 29.141.322/0001-32, através da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Sra. Maria da Conceição Souza Rocha, portadora da Carteira de Identidade nº. M-2.570.679 SSP-MG, CPF nº. 946.477.557-20, com domicílio especial a Rua Moacyr Barbosa, 73 – Centro – Pirai/RJ, e a Empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_ com sede \_\_\_\_\_ doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida pelo \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelos Processo Administrativo nº. PIR-020216/001943/2026, e que se regerá pela pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições que se seguem:

**- CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

**1.1** – Objetiva este contrato a Contratação de serviço de som e imagem para gravação e transmissão dos eventos realizados pela Rede Municipal de Saúde, conforme especificações discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do edital de Dispensa Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026.

**- CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

**2.1** – O valor global deste contrato, é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme quadro abaixo:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$

**2.2** - No preço contratado, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, com todos os custos de: mão-de-obra, materiais e equipamentos, frete, impostos, taxas, ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, incluídos, bem como o lucro, considerando-se ainda, as condições de fornecimento, pagamento e execução estabelecidas no edital.

**- CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

**3.1** – O preço previsto na cláusula segunda será fixo e irrevogável.

**- CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1** – O pagamento será realizado, de forma integral, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, 30 (trinta) dias após o adimplemento do objeto, assim considerada a execução do serviço, acompanhada do respectivo documento de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestada pela Fiscalização.

**4.2** – Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

**4.3** – Os prestadores de Serviço e fornecedores de bens, deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

**4.4** – A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

**4.5** – As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda sobre o valor total do documento correspondente à natureza do bem ou serviço.

**4.6** – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Pirai.

**- CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**5.1**– A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação prévia da Contratante, que informará à Contratada a data, o local, o horário e as características do evento a ser realizado.

**5.2**– A Contratante deverá comunicar a demanda com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Os eventos poderão ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive aos sábados e domingos, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.

**5.3**Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito do Município de Pirai/RJ, em datas e horários definidos pela Administração.

**5.4**A Contratada deverá comparecer ao local do evento com antecedência mínima suficiente para montagem da estrutura, testes operacionais e início regular da execução, recomendando-se antecedência mínima de 02 (duas) horas, salvo prazo maior definido pela Contratante em razão das peculiaridades do evento.

**5.5**A Contratada será responsável pelo transporte, montagem, operação, acompanhamento técnico, desmontagem e retirada de todos os equipamentos e materiais utilizados na execução do objeto.

**5.6**A transmissão ao vivo deverá ocorrer em plataforma indicada pela Administração ou em canal oficial previamente definido, observadas as condições técnicas do evento e a necessária estabilidade operacional.

**5.7**A Contratada deverá promover a gravação integral do evento e entregar o respectivo arquivo digital à Contratante em até 05 (cinco) dias após a execução, em formato compatível com arquivamento e publicação.

**5.8**Quando a transmissão depender de conectividade não disponibilizada pela Contratante, caberá à Contratada providenciar os meios técnicos necessários para garantir a execução regular do serviço, conforme as características do evento.

**5.9**O objeto será recebido pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.10** O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo a Contratada adotar as medidas corretivas necessárias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.11** Filmagem e transmissão de evento, com duração de até 4 (quatro) horas.

**5.12** A CONTRATADA deverá disponibilizar 01 técnico presencialmente durante todo evento para operação dos equipamentos.

**5.13** O material entregue pela CONTRATADA deverá ter qualidade técnica, com vinheta de abertura, com nome do evento e data. Além disso, deve ter qualidade de áudio, que deve ser nítido, com reprodução sincronizada com o vídeo. As imagens devem estar em ângulo adequado, nítidas e com planos de filmagens e iluminação adequados.

**5.14** No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória conforme os seguintes critérios:

- a) Inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte do contrato correspondente à parcela do objeto não executado;
- b) Inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

#### **- CLÁUSULA 6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e nos termos da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.2** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) **André de Matos Vieira matrícula 6474 e Fernando Araújo da Silveira – matrícula 12721** especialmente designado(s) em portaria da Secretaria Municipal de Saúde;

**6.3** – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessária para regularização da falta ou defeitos observados.

**6.4** – As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**6.5** – O fiscal do contrato informará, em tempo hábil, ao superior do seu departamento ou setor, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência;

**6.6** – O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

**6.7** – A contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que deixem de ser cumpridas de imediato.

#### **- CLÁUSULA 7 – DAS PENALIDADES**

**7.1** – Pelo cometimento das infrações previstas nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, X e XII do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente com a aplicação das seguintes sanções:

**I)** Advertência – Caso dê causa a inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**II)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Pirai, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não justificar a imposição de penalidades mais grave:

- a.** Der causa a inexecução parcial do contrato que cause danos grave a Administração, ao fornecimento dos Serviços Públicos e ao interesse coletivo;
- b.** Der causa a inexecução total do contrato;
- c.** Ensejar o retardamento da execução/entrega do objeto do contrato sem motivo determinado.

**III)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos, quando praticar as seguintes infrações:

- a.** Aquelas previstas para sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Pirai, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b.** Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- c.** Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**IV)** Multa compensatória e moratória que poderá ser aplicada sobre o valor do contrato, cumulativamente com as demais sanções por qualquer das infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, X e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**V)** A multa compensatória será aplicada no caso de execução parcial ou total do contrato, nos seguintes percentuais e condições:

- a.** No caso de inexecução parcial, será aplicado o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato correspondente a parcela do objeto não executado;
- b.** No caso de inexecução total, será aplicado o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

**VI)** A Multa de mora será de 0,5% (cinco décimos por cento) pro rata die sobre o valor do contrato, referente ao período de retardamento ou atraso na entrega/execução do objeto deste contrato, sem motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**.

**VII)** A inexecução total do contrato estará configurada quando a **CONTRATADA**, deixar de cumprir o prazo referente a entrega/execução do objeto conforme as condições estabelecidas no presente contrato e termo de referência, anexo I do edital.

#### **- CLÁUSULA 8 - RESCISÃO CONTRATUAL**

**8.1** - A **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas na Lei Federal Nº. 14.133/2021, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização, sem

prejuízo das penalidades pertinentes. Quando a rescisão ocorrer, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, conforme previsto na Lei Federal Nº. 14.133/2021.

**8.2** - As hipóteses de rescisão contratual deverão ser formalmente motivadas nos autos do processo, assegurado a CONTRATADA direito à prévia e ampla defesa;

**- CLÁUSULA 9 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**9.1** - A despesa com a execução do presente Contrato, consignada ao Fundo Municipal de Saúde de Pirai, correrá à conta do elemento e Programa de Trabalho xxxxxxxxxx.

**- CLÁUSULA 10 - FORO:**

**10.1** - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Pirai - RJ, excluído qualquer outro;

E por se acharem, as partes, justas e contratadas, assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo estiveram presentes;

Pirai, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS